

## O MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJU (\*)

Na história da etnologia brasileira, dificilmente alguém superará a vida e a obra de Curt Nimuendaju. Se estivesse vivo, completaria 99 anos de idade e ficaria satisfeito em ver finalmente publicada sua obra-síntese, obra-rio, do tamanho das extensões geográficas que percorreu: *O Mapa etno-histórico do Brasil e países adjacentes*.

Medindo um metro por um metro, na escala de 1:5.000.000, o mapa contém noções em cores e convenções gráficas para distinguir os 40 troncos lingüísticos; três caracteres tipográficos distintos para identificar os etnônimos indicando sedes atuais e sedes abandonadas de tribos existentes e extintas; a data da documentação bibliográfica concernente a cada uma das 1.400 tribos localizadas; uma seta apontando o rumo da migração, bem como a explicitação da rede hidrográfica e das unidades políticas onde se situam os grupos. A impressão dessa multiplicidade de informações representa uma proeza comparável à própria elaboração do mapa. Essa façanha só se tornou possível graças à conjugação de esforços do IBGE, da Fundação Nacional pró-Memória e do Museu Nacional.

Acompanha o mapa um volume contendo observações sobre o seu uso, índice de tribos, índice bibliográfico e índice de autores, de Curt Nimuendaju; esboços biográficos do autor, por Virgílio Correa Filho e Luiz de Castro Faria; apresentação da cartografia, por Rodolpho Pinto Barbosa; da ortografia dos nomes tribais e comentários lingüísticos e biográficos de Nimuendaju, por Charlotte Emmerich e Yonne Leite; a importância da publicação do mapa para a antropologia brasileira, por George de Cerqueira Leite Zarur; e apresentações da obra, por Jessé Montello e Aloísio Magalhães.

\* \* \*

“O ser que cria ou faz seu próprio lar” é o significado em língua guarani, dialeto dos Apapokuva, do nome Nimuendaju, que o alemão de nascimento Curt Unkel adotou, por ter sido incorporado nessa tribo como um de seus membros. Data de 1905 o início da carreira científica de Nimuendaju com o estudo desse grupo, cujo idioma falava fluentemente e cuja religião, mitologia e migração à procura da “terra sem males” documentou em *Lenda da criação e do juízo final como fundamento da religião dos Apapokuva-Guarani*, “uma das mais importantes obras da etnologia brasi-

---

(\*) — *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

leira”, no entender de Herbert Baldus, publicada em Berlim, em 1914, e ainda inédita em português.

Morto aos 62 anos, em 1945, em meio aos índios aos quais dedicara sua vida, Nimuendaju não chegou a ver publicadas suas principais contribuições à etnologia brasileira: o *Mapa etno-histórico*, que só agora aparece, passados 38 anos de sua conclusão; as portentosas monografias sobre os Timbira Orientais, os Tukúna, estudos importantes sobre os Botocudos, o estudo etno-histórico sobre os Tapajó e seus inúmeros relatórios indigenistas. De um acervo bibliográfico de 31 títulos, publicados até 1945 por Nimuendaju, apenas 3 artigos saíram no Brasil. No nosso idioma foram editados dois trabalhos pelo *Journal des Américanistes de Paris*. Em vida de Nimuendaju só saíram duas de suas cinco monografias: a dos Apinayé (1939, traduzida ao português e editada pelo Museu Goeldi em 1956) e a dos Xerente. Entre 1914 e 1932, Nimuendaju publica 21 estudos sobre diversas tribos, a maioria deles, vocabulários, textos míticos ou simples comunicações de pesquisas, parecendo indicar que, desde então, seu grande empenho era colocar uma ordem no caos representado pela babel indígena e encontrar uma base empírica na lingüística para a definição de unidades tribais. Tudo isso o conduz ao mapeamento que compulsa e condensa o saber disperso e fragmentado disponível na época.

A parte mais substancial da obra de Nimuendaju é póstuma. Para o *Handbook of South American Indians* (1946/1949) contribui com 12 estudos. Assim, ao lado de Alfred Métraux, Robert H. Lowie, Claude Lévi-Strauss e poucos outros, sumaria o conhecimento da antropologia e da história com referência a índios do Brasil. Nimuendaju foi também o primeiro grande divulgador das complexas estruturas dualistas de alguns grupos do tronco lingüístico jê (divisão em metades — exogâmicas e das estações seca/chuvosa, classes de idade, amigos formais, a importância da nomenclatura para a atribuição de papéis sociais etc.) e o traçado da aldeia como uma representação espacial dessa ordem social. Seus estudos sobre a complexa estrutura social Timbira que, no dizer de Baldus, “inauguram nova fase no desenvolvimento da etnologia brasileira”, despertaram o interesse de inúmeros antropólogos para o estudo dos grupos Jê do Brasil Central, segundo uma perspectiva teórica e metodológica mais moderna.

Da bibliografia de Curt Nimuendaju cabe destacar os trabalhos que poderíamos chamar etnológico-indigenistas, contendo críticas e sugestões para a atuação do Serviço de Proteção aos Índios que, de 1911 a 1921-23, custeou seis de suas treze excursões a aldeias indígenas, a última das quais para pacificar os Parintintin do rio Madeira. Tais são: “Os índios Parintintin do Alto Madeira” (1924), “As tribos do rio Madeira” (1925), “Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés (1927), “Os Maxakalí (1939) e “Os Gorotíre” (1940), bem como outros, ainda inéditos, guardados nos arquivos da Fundação Nacional do Índio. Exceto os dois primeiros, todos os demais foram editados depois de sua morte.

Em 40 anos de trabalho ininterrupto, Nimuendaju visitou 46 tribos, cobrindo a maioria das áreas em que sobrevivem grupos indígenas do Brasil. A respeito de

algumas delas produziu estudos monográficos ou temáticos, como o dos Guaraní Ramkokamekra-Canelas, Apinayé, Xerente e Tukúna. Sobre outras, como os Otí-Xavante, os Gamela, escreveu um "necrológio", uma vez que apenas encontrou poucos remanescentes com os quais reconstituiu o que era possível da história tribal. Junto a todas elas recolheu vocabulários, em alguns casos elaborou gramáticas e fez levantamentos precisos sobre a localização e os movimentos migratórios.

Da maioria das tribos que visitou recolheu coleções etnográficas, acuradamente documentadas, quanto ao uso, função, a posição social do artífice, sexo, idade, os materiais empregados, a técnica de execução, bem como as designações tribais dos objetos, às vezes acompanhada da respectiva tradução, para inferir os critérios de classificação nativos. Nas coleções adquiridas pelo Museu Nacional, encontram-se exemplares inacabados de peças para que se possa reconhecer o processo de manufatura. No catálogo da coleção Nimuendaju do Museu für Völkerkunde, de Leipzig, Dolores Newton encontrou esquemas de construção e uso do tear, com respeito a uma peça de tecelagem dos Kre'pumkaepe, subgrupo Timbíra, extinto.

Tudo isso demonstra a preocupação de Nimuendaju em salvaguardar um patrimônio cultural (lingüístico, histórico, ergológico) que sabia único, perecível e insubstituível. Nesse sentido, fez o que se chamaria hoje "antropologia de urgência", privilegiando o estudo de grupos que sabia ameaçados de extinção ou de descaracterização, como os já mencionados Oti-Xavante, os Guaraní, os Ofaié-Xavante, os Xukuru e tantos outros.

Essa "antropologia de urgência" constituiu-se em projeto de vida para o próprio Nimuendaju que, diante do vulto da tarefa, passou apenas dois anos (1943/1944), dos quarenta dedicados à etnologia, sem fazer uma pesquisa de campo entre os índios ou realizar uma escavação arqueológica. Isso se impunha, também, pelo tipo de financiamento que recebia para auto sustento e para a sua produção científica: a subvenção de instituições acadêmicas, principalmente museus, interessados em reunir o maior número possível de elementos tangíveis da cultura indígena: os seus artefatos. Entretanto, pela lista de viagens ao campo de Nimuendaju, publicada por Baldus (um total de 38 com estadias mais ou menos prolongadas entre 46 tribos e em 7 áreas arqueológicas), vê-se que 13 foram custeadas pelo próprio pesquisador.

Exceto uma breve visita ao Museu de Göteborg, Suécia, em 1934, em sua biografia não se registra nenhuma outra viagem ao exterior, nenhum atendimento a congresso científico, nenhuma vinculação formal com qualquer instituição de pesquisa. O contato de Nimuendaju com o mundo acadêmico deu-se através de sua correspondência. Sua formação se deve à humildade com que procurou aprender, autodidaticamente, o saber antropológico do seu tempo.

Outro traço biográfico sobressalente de Curt Nimuendaju é o seu engajamento com o que denominaríamos hoje, a "causa indígena", isto é o seu empenho pela sobrevivência física e a defesa dos portadores de tradições culturais milenares ameaça-

das. Assim é que, logo no início de sua carreira em 1911, deixou de trabalhar com Hermann von Ihering, conhecido zoólogo, então diretor de Museu Paulista, para aceitar um posto modesto no recém-criado Serviço de Proteção aos Índios. É que, nessa época, von Ihering encabeçava uma campanha de sujeição e extermínio dos Xoklêng, de Sta. Catarina que, a seu modo de ver, representavam um entrave ao progresso e à civilização, porque impediam o assentamento de colonos alemães em suas terras. Mais de uma vez, Nimuendaju foi mobilizado por Rondon, seja para realizar estudos etnológicos, seja para pacificar grupos arredios, cujo território vinha sendo alcançado pelas frentes pioneiras. É o caso já mencionado dos Parintintin do rio Madeira, que Nimuendaju atraiu em 1922 e que depois viu definhando pelas doenças e toda a sorte de compulsões, lamentando o esforço empreendido para retirá-los da condição de autonomia e isolamento.

\* \* \*

A grande obra de síntese de Curt Nimuendaju é o seu mapa etnohistórico, cuja terceira versão, elaborada a pedido da diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres, em 1944, acaba de ser editada. Trabalho monumental, reúne todo o conhecimento etnológico então disponível, a respeito da localização, filiação lingüística e movimentos migratórios de tribos extintas e existentes. Para elaborá-lo, Nimuendaju reuniu dados de 973 fontes bibliográficas e informações pessoais de pesquisadores e indigenistas, bem como anotações próprias. No mapa e no índice que o acompanham estão registrados 1.400 grupos étnicos pertencentes a 40 troncos lingüísticos. O mapa original, refeito três vezes, a primeira, em 1942, para a Smithsonian Institution, que o publicou no *Handbook of South American Indians*, sem notações em cores, portanto, sem a indicação da filiação lingüística; o segundo, elaborado para o Museu Goeldi, e o terceiro, para o Museu Nacional, —mede 2 metros por 2. E, no dizer de Nimuendaju, quase ocupava o espaço de seu local de trabalho, impedindo-o de trabalhar mais de 5 horas seguidas em sua elaboração, pelo desconforto que representava seu manuseio. Nessa obra, Nimuendaju exprimiu suas habilidades de artesão, adquiridas quando exercida o ofício de mecânico-ótico, na adolescência, aliadas a seus conhecimentos de historiador, geógrafo, cartógrafo e etnólogo, como acentua, em sua apresentação do autor, o prof. Castro Faria. A precisão das localizações geográficas é enaltecida por Rodolpho Pinto Barbosa, cartógrafo do IBGE, em sua apreciação das características cartográficas do mapa. Segundo Barbosa, Nimuendaju discrimina mais de 500 rios, à cuja margem se localizam as tribos. A acuidade da notação lingüística, em que os nomes das tribos extintas são grafados segundo a ortografia em português para distingui-los dos de tribos viventes, estas últimas grafadas de acordo com a notação fonética, que Nimuendaju dominava e aplicava com escrupulosidade, é exaltada pelas lingüistas Charlotte Emmerich e Yonne Leite, em sua apresentação e comentário sobre a “ortografia dos nomes tribais no mapa”.

A publicação do mapa abre novos horizontes para o estudo de problemas cruciais para a etnologia brasileira. Um deles é o cômputo da população e o tamanho das comunidades indígenas à época da conquista. Um estudo recente, de Pierre Clastres,

critica as avaliações "clássicas" de Kroeber, Rosenblat, Steward e outros, que orçaram a população brasileira pré-cabralina em um milhão de índios. Clastres demonstra que unicamente a população guarani, ocupando um território equivalente a 350 mil km<sup>2</sup>, com aldeias de cerca de 600 pessoas, distantes 12 kms. umas das outras, devia montar a cerca de 1.404.000 índios com uma densidade de 4 habitantes por km<sup>2</sup>. Esse território corresponde a um retângulo compreendido entre o alto rio Paraguai e a costa Atlântica, abrangendo partes do sul do Brasil, norte da Argentina, leste do Paraguai. Como termo de comparação, basta considerar que a atual população do Paraguai é de cerca de 3 milhões de habitantes para um território de 407.000 km<sup>2</sup>.

As avaliações de H. F. Dobyns chegam à cifra de 9 milhões, como mínimo, e 11 milhões, como máximo, para a população pré-colombiana da América do Sul, e 90 milhões (mínimo), 112 milhões (máximo) para toda a América indígena. Isso corresponderia a um quarto da humanidade de 1.500, diz Pierre Chaunu, reduzida na proporção de 1:20 eu 1:25 no transcurso dos primeiros 130 anos de colonialismo europeu na América.

Estimativas recentes da população indígena pré-cabralina foram feitas por John Hemming e Oldemar Blasi. Baseado em avaliações jesuíticas de 1628/1635, (160 mil índios em 469 mil km<sup>2</sup>), Blasi projeta esses números para todo o território nacional e para 1.500, considerando que houve um decréscimo, passado mais de um século de 2:1. Isto é, onde havia dois índios ficou um apenas. Chega assim à cifra de 2.944 mil índios no ano da descoberta. O historiador John Hemming divulga, em 1978, sua estimativa sobre o levantamento das tribos viventes e extintas do Brasil, utilizando dados atuais para as primeiras e históricos para as últimas, chegando à cifra de 2.431.000 aborígenes em 1.500. Se tomarmos o montante avaliado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) para a população indígena do Brasil em 1980 — 227.800 — e o compararmos com o de Hemming e Blasi, verificaremos que o decréscimo foi de aproximadamente, 10:1. Mas se aceitarmos a estimativa de Dobyns, entre outros, para o México e o Peru (uma diminuição de 20:1), teremos o dobro do montante encontrado por Hemming, ou seja, 4.862.000. Aqui é preciso dizer que os cálculos de Hemming, que ele próprio considera precários, foram feitos antes da publicação do mapa de Nimuendaju.

Admitindo-se que o vulto da população indígena foi cinco vezes maior que as avaliações "clássicas", é forçoso refazer algumas construções teóricas da antropologia brasileira. Isso altera os conhecimentos até agora reunidos sobre o tamanho das comunidades, as formas de captação de recursos, de organização sócio-política e econômica e, sobretudo, as motivações para a guerra, a antropofagia, o deslocamento de populações e inúmeros outros. O mapa etno-histórico de Nimuendaju suscita, pois, o reexame de problemas cruciais, alguns poucos investigados.

O mapa proporciona, por outro lado, uma visão global da problemática e do drama indígena. Essa visão global vem faltando à antropologia, como assinala George Zarur na sua apreciação da importância e efeitos do mapa, também inserida no volume que contém as anteriormente citada. O mapa confere profundidade histórica

e largueza geográfica a essa problemática. As informações sobre as localizações dos grupos indígenas, vistas em conjunto, iluminam problemas relacionados à ecologia cultural. Por exemplo: permitem responder por que houve maiores concentrações de populações em determinadas áreas em detrimento de outras; explicam relações entre recursos naturais, tecnologia e modos de adaptação, sem que se tomem essas explicações, sectariamente, como determinantes, “deterministas” ou únicas. Outro exemplo. A tabela elaborada por Rodolpho Pinto Barbosa — “Frequência das tribos em grupos lingüísticos” — mostra que historicamente os grupos do tronco tupi predominavam sobre os outros três troncos principais — aruak, karib e Jê — na razão de, aproximadamente, 260 tupi, para 200 aruak, 170 karib e 100 Jê. O simples exame dessa tabela sugere uma multiplicidade de inferências e temas de estudo.

O mapa representa, portanto, um embasamento sobre o qual a antropologia da América do Sul pode construir o edifício teórico que nos falta para explicar alguns problemas insolúveis: a grande atomização de etnias (1.400 no Brasil e países limítrofes), a imensa pulverização lingüística (40 troncos com centenas de línguas e dialetos). Ou seja, como se explica que cada micro-etnia tenha uma língua, que leva milhares de anos para se desenvolver; que através dessa linguagem exprime sua concepção e sua classificação da natureza, sua origem e a origem de outros grupos, e a do universo, considerando-se que milhões de homens de nossa própria cultura jamais se colocaram tais indagações, aceitando como indiscutíveis ou insondáveis as explicações que lhes são impostas sobre a natureza e a ordem social.

As relações entre tecnologia e meio-ambiente, aliadas a migrações, podem explicar também fenômenos como contenção demogenética, fissões, diluição da autoridade política, tabus alimentares, predominância dos papéis masculinos sobre os femininos na estrutura tribal e tantos outros problemas humanos comuns, presentes em outras regiões do mundo.

Outra potencialidade do mapa de Nimuendaju, enfatizada por George Zarur, é a perspectiva que abre para o estudo da atuação das frentes pioneiras da economia nacional sobre grupos tribais, ao longo da história do Brasil, e as resistências que “diferentes tipos de estruturas sociais” opuseram a essa invasão. Ou seja, imprimirá nova dimensão à análise do contato inter-étnico. A hipótese de Zarur é de que os grupos caçadores têm talvez “...maior capacidade de resistência cultural baseada em uma mais eficiente estrutura militar”. A “movimentação no espaço” dos grupos indígenas pode ser, por outro lado, um indicador para medir a intensidade de pressão dessas frentes de expansão, afirma o mesmo autor.

Finalmente, cabe referir à riqueza que representa a compilação bibliográfica reunida por Nimuendaju para a elaboração do mapa, agora divulgada. Contamos, é certo, com a obra insuperável de Herbert Baldus, o *vademecum* dos antropólogos, a *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. Mas aqui estão reunidos os elementos que fornecem os dados históricos, geográficos e lingüísticos mais fidedignos para estudos de etno-história publicados até 1944. O índice de nomes tribais, organizado em ordem

alfabética com a respectiva sinonímia e filiação lingüística, é outro instrumento de consulta do maior valor. Assim sendo, longamente esperado, o mapa etno-histórico de Nimuendaju já aparece como um clássico.

“Alemão por nascimento, brasileiro por adoção, índio por identidade”, na expressão de Emmerich e Leite, Curt Nimuendaju ostenta também o título de humanista e sábio que começa a ser revelado a um público mais amplo que o estreito círculo dos estudiosos da antropologia. As lições que Nimuendaju legou aos antropólogos das novas gerações podem ser assim sintetizadas:

1. a conveniência de realizar uma boa etnografia não só para resgatar a história cultural de populações ágrafas mas também como matéria prima para a elaboração teórica e para estudos comparativos. Não fosse isso, os livros de Hans Stenden ou Gabriel de Souza não seriam reeditados ao longo de 400 anos;

2. o engajamento militante do pesquisador com seu objeto de estudo. Essa atitude tem em Nimuendaju em exemplo pioneiro de cientista interessado na sobrevivência e na defesa dos interesses dos povos com os quais conviveu;

3. a importância de uma visão em conjunto da realidade social, mesmo quando se examina uma parte dela, como fez Nimuendaju ao reunir no seu mapa etno-histórico toda a informação que colhera ao longo de sua vida e aquela que pôde obter das fontes disponíveis.

Berta G. Ribeiro  
Museu Nacional — UFRJ